PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS
Estado do Rio Grande do Norte
Av. Francisco Rodrigues, 205, Centro – Pendências/RN
CNPJ Nº 08.122.657/0001-33

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02004.000450/2026 – PMP
EDITAL RETIFICADO – 2ª RETIFICAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS/RN.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006

ABERTURA: 09/10/2026 - Hora: 09h00min – Horário de Brasília/DF.
Endereço Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br
CONTATO: E-mail: cpl2022pendencias@gmail.com

ORIENTAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO E ENVIO DOS DOCUMENTOS: Todos os documentos devem constar em ARQUIVO ÚNICO EM PDF, com o arquivo e as informações na orientação RETRATO e serem organizados na seguinte sequência: Proposta de Preços (feita em papel timbrado da licitante), Documentos para Habilitação organizados na sequência exigida em Edital, ou seja, 1º Documentos para habilitação jurídica, 2º documentos para Regularidade Fiscal e Trabalhista, 3º documentos para Qualificação Econômica e 4º documentos para Qualificação Técnica, conforme Edital. Não é necessário enviar documentos que o Edital não exige. **SUGERIMOS OS SITES https://smallpdf.com/pt OU https://www.ilovepdf.com/pt, PARA JUNTAR, DIVIDIR, COMPRIMIR PDF, ENTRE OUTRAS FUNÇÕES, VISANDO AJUDAR NA ORGANIZAÇÃO CORRETA DOS DOCUMENTOS.**

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.
Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02004.000450/2026 – PMP
EDITAL RETIFICADO – 2ª RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS/RN, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, CNPJ Nº 08.122.657/0001-33, torna público, para conhecimento dos interessados, que irá realizar licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS** na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei complementar nº 123/2006, e regulamento municipal da Lei Federal nº 14.133/21, e das exigências estabelecidas neste edital.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica **www.portaldecompraspublicas.com.br**. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃO INTERESSADO:	**MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS/RN**
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	23h:59m do dia 25/09/2026 (Horário de Brasília)
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	23h:59m do dia 06/10/2026 (Horário de Brasília)
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08h:59m do dia 09/10/2026 (Horário de Brasília)
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	09h:00m do dia 09/10/2026 (Horário de Brasília)
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	**ABERTO**

1. DO OBJETO.

1.1 O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS/RN. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

1.2 A licitação será dividida em Itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS.

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

3.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal, na seguinte classificação.

ÓRGÃO/UNIDADE: 02.004 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0022 – PENDÊNCIAS UMA CIDADE EDUCADORA
PROJ.ATIV: 2024 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL
ELEMENTO: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSOS: 1553000000 – TRANSFERENCIA DE RECUROS DO FNDE REFERENTE AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados (PETERN)
15730000 – Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados

4. DO CREDENCIAMENTO.

4.1 O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.
4.2 O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio ***www.portaldecompraspublicas.com.br***.
4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
4.4 O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

4.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

5.4.1.1. Nos itens exclusivos, se houver, para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

5.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

5.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

5.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

5.4.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
5.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
6.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.
6.3 O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital solicitados posteriormente a fase de lances, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
6.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.
6.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
6.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;
6.7 Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
6.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

7.1 O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
7.1.1 Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;
7.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
7.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
7.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

7.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
7.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS,** a contar da data de sua apresentação.
7.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

8 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
8.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
8.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
8.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
8.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
8.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
8.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
8.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,10 (dez centavos).**
8.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a **três segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
8.10 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto**,** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
8.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar- se-á automaticamente.

8.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

8.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no **http://www.portaldecompraspublicas.com.br**, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21 Em relação ao item por não ser exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.26 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.27 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

8.28 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.28.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.28.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

8.28.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.28.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

8.29 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.29.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.29.2 Empresas brasileiras;

8.29.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.29.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.30 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.30.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.30.2 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

8.31 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

8.32 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei 14.133/2021. Em permanecendo empate, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

9 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
9.2 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.
9.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
9.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
8.3.2 Para fins de análise da exequibilidade da proposta, serão observados os parâmetros previstos no art. 59 da Lei nº 14.133/2021, podendo o Pregoeiro realizar diligência para que o licitante demonstre a viabilidade da execução do objeto pelo preço ofertado.
9.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
9.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
9.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;
9.7 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas,** sob pena de não aceitação da proposta.
9.7.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.
9.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
9.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

nova data e horário para a sua continuidade.

9.10 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.10.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.11 Nos itens por não serem exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 DA HABILITAÇÃO.

10.1 CONFORME ART. 63, INCISOS II E III, QUE TRATA DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO PRESENTE EDITAL, APENAS DO LICITANTE VENCEDOR, SOMENTE EM MOMENTO POSTERIOR AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, E APENAS DO LICITANTE MELHOR CLASSIFICADO.

9.1.2. O licitante mais bem classificado será convocado a enviar os documentos de habilitação, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas** sob pena de inabilitação.

10.2 COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTES CADASTROS:

10.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

10.2.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.2.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0).

10.2.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

- Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, dentre outros.
- O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.2.5 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.3 Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

10.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8 HABILITAÇÃO JURÍDICA.

10.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal,

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d
Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

filial ou agência;

10.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.9 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

10.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

10.9.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.9.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

10.9.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.9.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.9.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.10 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d
Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

10.10.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
10.10.2 Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando.
10.10.3 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão esta assinada por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
10.10.4 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum), dos Balanços patrimonial dos 02(dois) últimos exercícios sociais, resultantes da aplicação das fórmulas.

LG: Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG: Ativo Circulante
Passivo Circulante + Passivo Nao Circulante

LC: Ativo Circulante
Passivo Circulante

10.10.5 O pregoeiro, antes de se manifestar com relação à **Qualificação Econômico-Financeira** das empresas participantes do certame, poderá solicitar parecer técnico, para que possa subsidiá-la em seu julgamento.
10.10.6 O balanço patrimonial poderá ser apresentado também por SPED contábil, nos termos da Lei.

10.11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.
10.11.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
10.13 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
10.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

10.15 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.18 No item, por não ser exclusivo a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 DO CADASTRO DE RESERVA.

11.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, nos termos do Art. 82, VII, da Lei Federal nº 14.133/21.

10.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

12 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

12.3 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

12.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
12.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
12.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13 DOS RECURSOS.

13.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.
13.2 O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses
13.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
13.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
14.1.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
14.1.4 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.
14.1.5 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS,** sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

15.1 Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

16 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

16.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

17 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 O adjudicatário terá o prazo de **03 três dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **03 três dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

17.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

17.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

18.1 Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Termo de Referência, anexo a este Edital.

19 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

19.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21 DO PAGAMENTO.

21.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

22.1.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.3 Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.4 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

22.1.6 Apresentar declaração ou documentação falsa;

22.1.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

22.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.1.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

22.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
22.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
22.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
22.5. Serão publicadas na Imprensa **Oficial do Município Pendências/RN**, as sanções administrativas previstas neste deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
22.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
22.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTES PRÁTICAS:
a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
23.2 A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**
23.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d
Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

anterior à data da abertura do certame.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

23.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio **www.portaldecompraspublicas.com.br**, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

23.8 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.10.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.12 O município de Pendências/RN poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

24.12.1 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

24.12.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

24.13 É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.14 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Prédio Sede do Setor de Licitações e Compras**,** Avenida Fransciso Rodrigues, 205, Centro, Pendencias/RN, nos dias úteis, no horário das 08h00minh às 13h00minh, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

24.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

a) ANEXO I – Termo de Referência.
b) ANEXO II – Minuta da ARP.
c) ANEXO III – Minuta da Proposta de Preços.
d) ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato.

Pendências/RN, 25/09/2026.

Jorge Luiz Bezerra de Oliveira
Pregoeiro Municipal

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02004.000450/2026 – PMP
EDITAL RETIFICADO – 2ª RETIFICAÇÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
ETP 019/2026

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Serviços de transporte escolar e demandas educacionais do Município de Pendências, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	SOFC	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	33925	VEÍCULO COM CAPACIDADE PARA 7 LUGARES, (incluindo o motorista), para transportar alunos da rede municipal de ensino, no percurso Assentamento Marcos Freire – Pendências - Assentamento Marcos Freire, nos turnos matutino e noturno das 06h00 às 12h00 e 19h00 as 22h00, totalizando 80km ida e volta. Sendo o veículo, motorista e combustível fornecidos pela empresa prestadora do serviço à será pago mediante quilometragem utilizada durante o mês.	Km	16.800
2	33926	VEÍCULO COM CAPACIDADE PARA 46 LUGARES, tipo rodoviário, climatizado, para transportar alunos do território de ensino, visando sua participação em atividades pedagógicas, recreativas, festivais, culturais, científicas e esportivas. Destina-se, também, ao transporte de gestores, vice-gestores, supervisores, coordenadores e professores para participação em reuniões, formações e demais atividades institucionais. A empresa prestadora do serviço será responsável pelo fornecimento do veículo, motorista e combustível, a ser pago de acordo com a quilometragem utilizada em cada viagem para cidades que não temos rotas licitadas/definidas.	Km	15.000
3	33932	VEÍCULO COM CAPACIDADE PARA 7 LUGARES, (incluindo o motorista), para transportar alunos da rede municipal de ensino, no percurso Pendências/Fazenda Santa Zélia/Pendências, no turno vespertino das 13h às 17h (50km ida e volta). Sendo o veículo, motorista e combustível fornecidos pela empresa prestadora do serviço que será pago mediante quilometragem utilizada durante o mês.	Km	10.500
4	33928	LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS, com capacidade de 46 a 54 assentos, destinados ao transporte de alunos no percurso Pendências/IFRN Macau/Pendências, sendo 01 (um) veículo destinado ao turno vespertino, das 12h00 às 18h00, e 01 (um) veículo destinado ao turno noturno, das 18h00 às 22h00, com uma quilometragem estimada de 80 km por veículo por dia. Os veículos deverão ser disponibilizados com motorista e combustível por conta da contratada, sendo o pagamento realizado de acordo com a quilometragem efetivamente percorrida, e possuir, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação.	Km	33.600
5	33927	LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS, com capacidade de 46 a 54 assentos, destinado ao transporte de alunos no percurso Pendências/IFRN Macau/Pendências, sendo os 02 (dois) veículos disponibilizados simultaneamente no turno matutino, das 06h00 às 12h00, com uma quilometragem estimada de 80 km por veículo por dia. Os veículos deverão ser disponibilizados com motorista e combustível por conta da contratada, sendo o	Km	33.600

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

		pagamento realizado de acordo com a quilometragem efetivamente percorrida, e possuir, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação.		
6	33931	LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, com capacidade de 46 a 54 assentos, destinado ao transporte de alunos do Ensino Técnico e Superior no percurso Pendências/Ipanguaçu/Assú/Pendências, sendo os 02 (dois) veículos disponibilizados simultaneamente no turno noturno, das 17h40 às 22h10, com uma quilometragem estimada de 150 km por veículo por dia. Os veículos deverão ser disponibilizados com motorista e combustível por conta da contratada, sendo o pagamento realizado de acordo com a quilometragem efetivamente percorrida, e possuir, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação.	Km	63.000
7	33930	LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, com capacidade de 46 a 54 assentos, destinado ao transporte de alunos do Ensino Técnico e Superior no percurso Pendências/Ipanguaçu/Assú/Pendências, sendo 01 (um) veículo destinado ao turno matutino, das 06h00 às 12h00, e 01 (um) veículo destinado ao turno vespertino, das 12h00 às 18h00, com uma quilometragem estimada de 150 km por veículo por dia. Os veículos deverão ser disponibilizados com motorista e combustível por conta da contratada, sendo o pagamento realizado de acordo com a quilometragem efetivamente percorrida, e possuir, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação.	Km	63.000

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar nº 019/2026.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 01 ano contado do(a) data de assinatura do instrumento contratual equivalente na forma do artigo 105, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. No mesmo sentido, poderá ser adotado o sistema de registro de preço com o prazo de vigência da ata de registro de preços de 1 (um) ano e podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso para administração.

1.4.1. Considerando a habitualidade e essencialidade, o objeto da contratação consiste em fornecimento e serviços a serem executados de forma continuada, considerando **Estudo Técnico Preliminar nº 019/2026.**

1.5. O custo estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, visando fazer com que os licitantes se preocupem em, de fato, oferecer o valor de mercado do produto.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO E REAJUSTE

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

1.7.1. Considerando a ausência de maior risco para a Administração, em função da falta de complexidade e do vulto da contratação, além da ausência de prazo de entrega estendido, não há necessidade da exigência de garantia de execução.

1.7.2. Considerando a efetiva atualização de 12 meses a contar da data do orçamento vinculada ao acumulado do IPCA referente ao período, entendemos que o objeto depende de atualização monetária.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar nº 019/2026**, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A contratação almejada alinha-se com o planejamento do município para o atual exercício, estando em consonância com os objetivos e metas estabelecidos pela Administração Pública local. O Plano de Contratações Anual ainda não foi adotado pelo Município de Pendências/RN.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

SOLUÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS (SERVIÇO POR DEMANDA)

Consiste na contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de transporte escolar e atendimento às demandas educacionais do Município, mediante disponibilização de veículos adequados às características de cada rota, incluindo motoristas devidamente habilitados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros, licenciamento e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

A prestação ocorrerá sob demanda, com remuneração baseada na quilometragem efetivamente percorrida, permitindo o atendimento das rotas escolares permanentes, bem como dos deslocamentos eventuais destinados à participação de alunos, professores, gestores e demais profissionais da educação em atividades pedagógicas, culturais, esportivas, científicas, recreativas, reuniões, capacitações e demais eventos institucionais.

Esta solução contempla, entre outros, os seguintes serviços:

- Transporte de alunos da rede municipal nas rotas Assentamento Marcos Freire – Pendências – Assentamento Marcos Freire;

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

- Transporte de alunos na rota Pendências – Fazenda Santa Zélia – Pendências;
- Transporte de estudantes do IFRN Macau;
- Transporte de estudantes do Ensino Técnico e Superior para os municípios de Ipanguaçu e Assú;
- Transporte para atividades pedagógicas, culturais, esportivas, recreativas e institucionais, mediante utilização de ônibus rodoviário climatizado.

Nesta modalidade, toda a responsabilidade pela disponibilização dos veículos, contratação e gestão dos motoristas, abastecimento, manutenção, substituição de veículos em caso de falhas, cumprimento da legislação de trânsito e das normas de segurança é da empresa contratada, cabendo ao Município apenas a fiscalização da execução contratual e o pagamento pelos serviços efetivamente prestados.

A contratação por demanda proporciona maior flexibilidade operacional, elimina os elevados investimentos necessários para aquisição e manutenção de frota própria, reduz custos administrativos e transfere à contratada os riscos relacionados à operação e disponibilidade dos veículos, garantindo maior eficiência na prestação do serviço público.

Observação técnica: Para esse objeto específico, à luz da Lei nº 14.133/2021, essa é a solução mais vantajosa para o Município que necessita de veículos de diferentes capacidades, rotas permanentes e deslocamentos eventuais, além de exigir disponibilidade contínua de motoristas, manutenção e substituição imediata de veículos quando necessário. A terceirização proporciona maior economicidade, flexibilidade operacional e reduz significativamente os encargos administrativos da Administração Pública.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO SUGERIDA

A solução proposta consiste na contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de transporte escolar e atendimento às demandas educacionais, de forma terceirizada, por meio de processo licitatório, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. A contratação abrangerá rotas previamente definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

O serviço será executado por veículos devidamente registrados, em boas condições de

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d
Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

uso, com capacidade compatível com a demanda de alunos transportados, regularmente vistoriados e licenciados. Os condutores deverão estar habilitados conforme as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e da legislação correlata.

A contratação será por rota e quilometragem estimada, com pagamento proporcional à efetiva execução dos serviços, o que possibilita um controle eficiente e a otimização dos recursos públicos. A empresa contratada será responsável por todos os encargos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo o fornecimento dos veículos, combustível, manutenção, remuneração dos motoristas, tributos, seguros e demais despesas operacionais.

Essa abordagem permite atendimento imediato às necessidades educacionais, com maior flexibilidade para adequações futuras, sem a exigência de investimentos permanentes em frota própria ou na ampliação do quadro de servidores. A solução também assegura a regularidade, a segurança e a qualidade no transporte escolar, promovendo o direito à educação com equidade e eficiência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, podendo ser utilizado o instrumento auxiliar Sistema de Registro de Preço – SRP, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

O objeto da contratação, ou a atividade de sua comercialização, encontra-se disciplinado pelos seguintes normativos, inclusive técnicos ou sobre critérios ou práticas de sustentabilidade, cujas exigências ou requisitos devem ser incorporados ao termo de referência, como:

Habilitação jurídica

Deve ser exigido a habilitação jurídica dentro do posto no art. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação técnica

Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.1. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não haverá a possiblidade de subcontratação do objeto.

4.2. DEMAIS REQUISITOS

O Setor de Licitações, em momento oportuno (confecção de Edital), poderá dispor sobre os demais requisitos necessários e suficientes para a boa execução do objeto, seguindo o que preconiza o art. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, durante a vigência do contrato, observando-se o calendário escolar e as demandas educacionais do Município.

Os serviços compreenderão tanto a execução das rotas regulares de transporte escolar quanto os deslocamentos eventuais destinados à participação de alunos, professores, gestores, coordenadores, supervisores e demais servidores da educação em atividades pedagógicas, culturais, recreativas, científicas, esportivas, reuniões, formações, eventos institucionais e demais ações promovidas ou autorizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

Os locais de embarque e desembarque, itinerários, horários, datas de execução e demais condições operacionais serão informados pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto, conforme as necessidades do serviço e as especificações constantes do Termo de Referência.

As rotas e os itinerários inicialmente previstos poderão ser alterados, ampliados, reduzidos ou substituídos, mediante justificativa da Administração, em razão de alterações no calendário escolar, inclusão ou exclusão de alunos, mudanças na malha viária, interdições temporárias, obras, eventos ou qualquer outra necessidade

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

administrativa, sem que isso caracterize alteração do objeto contratual, observados os limites legais e as condições estabelecidas no contrato.

Todos os veículos e respectivos condutores deverão atender integralmente às exigências previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), nas normas do DETRAN/RN e demais legislações aplicáveis ao transporte de passageiros e, quando for o caso, ao transporte escolar, constituindo requisito indispensável para o início e permanência da execução contratual.

A empresa contratada deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de funcionamento, conservação, limpeza e segurança, responsabilizando-se integralmente pelo fornecimento dos veículos, motoristas, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros, tributos, licenciamentos e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços. Os motoristas e demais colaboradores envolvidos na execução contratual deverão apresentar-se devidamente uniformizados, quando exigido, mantendo conduta compatível com a prestação do serviço público, pautada pela cortesia, profissionalismo e pontualidade.

As ordens de fornecimento devem ser cumpridas em sua totalidade, salvo justificativa apresentada previamente e aceita pela contratante, sob pena de sanções.

Prazo de Entrega: O serviço ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade das unidades escolares, a fim de que não haja prejuízo ao acesso do estudante ao ensino, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

Local de Entrega: Secretaria Municipal de Educação e Desporto – Endereço: Rua Idalice Gonzaga Montenegro, 33 – Centro – Pendências/RN – 59.504-000, ou outra unidade escolar apontada na ordem de fornecimento.

Responsável pelo Recebimento: O servidor responsável pelo recebimento será designado por meio da Ordem de Serviço, na qual constará sua identificação para acompanhar, receber e atestar a execução dos serviços.

5.1. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

5.1.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) cumprir integralmente a legislação de trânsito vigente e todas as normas aplicáveis ao transporte de passageiros e transporte escolar;

b) executar os serviços nos horários, rotas, itinerários e locais determinados pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto;

c) disponibilizar veículos compatíveis com as especificações do Termo de Referência, observando:

- Veículos de passeio com capacidade para 7 (sete) ocupantes, incluindo o motorista, destinados às rotas de menor demanda;
- Ônibus com capacidade entre 46 (quarenta e seis) e 54 (cinquenta e quatro) passageiros destinados às rotas escolares e aos deslocamentos educacionais;
- Idade máxima de fabricação de 10 (dez) anos para os ônibus e de 5 (cinco) anos para os veículos de passeio, salvo disposição diversa prevista no edital;

d) manter todos os veículos em perfeitas condições de conservação, higiene, conforto e segurança, equipados com todos os dispositivos obrigatórios exigidos pela legislação;

e) Substituir imediatamente, após a constatação ou notificação pela Administração, qualquer veículo que apresente defeito mecânico, envolva-se em acidente ou apresente qualquer outra condição que comprometa ou impeça a continuidade da prestação do serviço, por outro veículo de características equivalentes ou superiores, devidamente regularizado e em condições adequadas de segurança e funcionamento, sem qualquer ônus para a Administração, de modo a assegurar a continuidade do serviço de transporte escolar, sem interrupção ou prejuízo aos usuários;

f) manter apólice de seguro vigente que cubra, no mínimo, danos materiais, danos corporais, danos morais, despesas médicas e hospitalares, invalidez permanente, morte de passageiros e terceiros, conforme exigências estabelecidas no edital;

g) disponibilizar sistema de rastreamento por GPS nos veículos utilizados nas rotas regulares de transporte escolar, permitindo à Secretaria Municipal de Educação e Desporto acesso às informações de localização e aos relatórios de deslocamento, quando exigido no Termo de Referência;

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

h) apresentar, mensalmente, juntamente com a documentação para pagamento, relatório contendo a quilometragem efetivamente percorrida, identificação dos veículos utilizados, registro das viagens realizadas e das eventuais ocorrências verificadas durante a execução dos serviços;

i) manter atualizados durante toda a execução contratual os documentos dos veículos e dos condutores, incluindo:

- Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a categoria do veículo;
- Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV);
- Certificado de Registro do Veículo (CRV), quando aplicável;
- Inspeções obrigatórias exigidas pelos órgãos competentes;
- Autorização para Transporte Escolar emitida pelo DETRAN/RN, quando aplicável;
- Certificado de verificação do cronotacógrafo, nos veículos em que a legislação exigir;
- Certidões e demais documentos exigidos pela legislação vigente;

j) assegurar que todos os condutores possuam habilitação compatível, curso especializado para transporte escolar, quando exigido pela legislação, e preencham todos os requisitos previstos no Código de Trânsito Brasileiro e nas Resoluções do CONTRAN;

k) permitir, a qualquer tempo, a fiscalização dos veículos, documentos, equipamentos e da execução dos serviços pelos representantes da Administração;

l) transportar exclusivamente as pessoas autorizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto, observando a capacidade máxima de passageiros de cada veículo e a legislação vigente;

m) comunicar previamente qualquer substituição de veículo ou motorista, apresentando a documentação necessária para aprovação da Administração antes do início da prestação dos serviços pelo substituto;

n) responder integralmente pelos danos materiais, morais ou pessoais causados à Administração, aos usuários ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou contratados, eximindo o Município de qualquer responsabilidade;

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

o) responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual;

p) fornecer aos seus empregados uniforme ou identificação funcional adequada durante a prestação dos serviços, quando exigido pela Administração;

q) manter, durante toda a vigência do contrato, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida pela legislação, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitada para fins de pagamento;

r) o pagamento será efetuado conforme a quilometragem efetivamente executada e devidamente atestada pela fiscalização do contrato, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência;

s) não será realizado pagamento enquanto houver pendência de regularização de obrigações contratuais, aplicação de penalidades ou inadimplência da Contratada, observadas as disposições legais e contratuais.

5.3.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo de outras previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:

a) designar gestor e fiscal do contrato para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) fornecer à Contratada todas as informações necessárias à execução dos serviços, incluindo itinerários, horários, pontos de embarque e desembarque, cronogramas, datas das viagens e demais orientações operacionais;

c) comunicar, com antecedência razoável, alterações nas rotas, horários, itinerários ou programação das viagens, sempre que possível;

d) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações contratuais e das normas de segurança aplicáveis ao transporte escolar e aos demais transportes educacionais;

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

e) registrar e comunicar à Contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, concedendo prazo para saneamento quando cabível;

f) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital e do Contrato;

g) solicitar a substituição de veículo ou condutor que não atenda às exigências contratuais ou legais, ou cuja permanência comprometa a adequada prestação do serviço;

h) efetuar o pagamento dos serviços efetivamente executados, conforme a quilometragem percorrida e devidamente atestada pela fiscalização do contrato, observados os prazos e condições estabelecidos no contrato;

i) verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada, quando exigido pela legislação;

j) aplicar as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato, quando constatado o descumprimento de obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

k) prestar os esclarecimentos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais;

l) manter os registros e documentos relativos à fiscalização e à execução contratual, promovendo as medidas administrativas necessárias ao adequado acompanhamento do contrato.

m) encaminhar à Contratada, sempre que possível, a programação das viagens eventuais destinadas às atividades pedagógicas, culturais, esportivas, científicas, recreativas e institucionais, contendo data, horário, local de destino, estimativa de passageiros e demais informações necessárias à execução do serviço.

n) conferir e atestar os relatórios de viagens e de quilometragem apresentados pela Contratada, para fins de liquidação e pagamento da despesa.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal técnico do contrato, servidor formalmente especificado no contrato, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

6.8. O fiscal administrativo do contrato, servidor formalmente especificado no contrato, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato, servidor formalmente especificado no contrato, através do setor competente, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a)

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços ou veículos que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo o contratado promover, imediatamente, após a notificação da Administração, a substituição ou correção necessária, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis

7.2.1. A substituição ou correção deverá ocorrer em prazo compatível com a necessidade de continuidade do serviço de transporte escolar, não podendo a ocorrência de desconformidade resultar na interrupção ou paralisação do serviço, especialmente quando houver prejuízo ao deslocamento dos alunos ou ao regular funcionamento das atividades educacionais do Município.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de ***05 dias*** *(cinco dias)*, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até ***05 dias*** *(05 dias)*.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária – art. 93, V, da Lei nº 14.133/2021.

FORMA DE PAGAMENTO

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Município de Pendências/RN, (na data registrada pelo sistema)

Érika Sousa da Silveira Meneses Matrícula: 18791 Agente de Planejamento	Fábio Tayron Ferreira da Paz Cargo: Diretor Matrícula: 15725
Ricardo Fabiano da Silva Barbosa Diretor Executivo de Trânsito e Transporte Matrícula:16160	Marione de Souza Ramos Matrícula: 900 Secretária de Educação e Desporto

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02004.000450/2026 – PMP
EDITAL RETIFICADO – 2ª RETIFICAÇÃO

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS/RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA.

O MUNICIPIO DE PENDÊNCIAS/RN, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PUBLICO INTERNO, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.122.657/0001-33, sediada na Avenida Francisco Rodrigues, 205, Centro, Pendências/RN, CEP nº 59.504.000, neste ato representado pela senhora Lays Helena Cabral de Queiroz, portadora do CPF nº 036.760.744-16, Prefeita Municipal, brasileira, capaz, residente e domiciliado a Rua José Medeiros, SN, Centro, Pendências/RN, **nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Processo Licitatório nº 021/2026 - SRP, SRP Pregão Eletrônico, homologado em XX/XX/2026,** resolvem registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por **Menor Preço Por item**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta **ata de registro de preços**, destinado à aquisições futuras em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS/RN. Conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 021/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS DADOS DA EMPRESA, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:	
CNPJ/MF N°:	**TELEFONE:**
ENDEREÇO:	
E-MAIL:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
RG N°:	**CPF/MF Nº:**

ITENS	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
01	xxxxxxxxxxxxx	KM	xxxxx	xxxxxxxx	XXXXX

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, não poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública não participante do certame licitatório.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua disponibilidade no PNCP, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.1.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço, na forma prevista no item 4.1 implicará no restabelecimento do saldo inicial existente por ocasião de sua celebração.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar- se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais da prestação dos serviços, as obrigações da Administração e do licitante registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Pendências/RN, XX /XX/2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.
Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02004.000450/2026 – PMP
EDITAL RETIFICADO – 2ª RETIFICAÇÃO

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO) PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	**CIDADE:**
CEP:	**E-MAIL:**
TELEFONE:	**FAX:**
CONTATO DA LICITANTE:	**TELEFONE:**
BANCO DA LICITANTE:	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:**
Nº DA AGÊNCIA:	

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	V. UNIT	V.TOTAL
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX	KM	XXXXXX	XXXXXXXXX

DECLARAMOS QUE:

1. ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS.

2. VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

3. PRAZO DE INICIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

4. QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.

5. QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DO OBJETO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS, NO TERMO DE REFERENCIA.

6. QUE A PROPOSTA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS, **CONFORME § 1º DO ART. 63 DA LEI FEDERAL 14.133/21.**

LOCAL E DATA

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.
Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02004.000450/2026 – PMP
EDITAL RETIFICADO – 2ª RETIFICAÇÃO

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026

O MUNICIPIO DE PENDÊNCIAS/RN, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PUBLICO INTERNO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. 08.122.657/0001-33, Avenida Francisco Rodrigues, 205, Centro, CEP nº 59.504.000, Pendências/RN, neste ato representado pela senhora Lays Helena Cabral de Queiroz, CPF nº 036.760.744-16, Prefeita Municipal, capaz, residente e domiciliada a Rua José Medeiros, SN, Centro, Pendências/RN, doravante denominada, doravante denminada **CONTRATANTE**, e (a)XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, cep Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx, expedida pela (o) xxxxxxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxx, tendo em vista o que consta no Pregão Eletrônico nº 021/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 021/2026, **POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS/RN.**Conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, doze meses, com início na data de XX/XX/XXXX e encerramento em XX/XX/XXXX.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS.

3.1. O valor global estimado do presente Termo de Contrato é de R$ XXXXX (XXXXXXX).

ITEM	DESCRIÇÃO ROTA	UNIDADE	QUANTIDADE ANO	V. UNIT	V.TOTAL
XX	XXXXXXXXXXXXX	KM	XXXXXXX	XXXXX	XXXXXXXX

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.
Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

cumprimento integral do objeto da contratação.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal, na classificação.

ÓRGÃO/UNIDADE: 02.004 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0022 – PENDÊNCIAS UMA CIDADE EDUCADORA
PROJ.ATIV: 2024 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL
ELEMENTO: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSOS: 1553000000 – TRANSFERENCIA DE RECUROS DO FNDE REFERENTE AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados (PETERN)
15730000 – Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados

5 CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.
5.2 A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados;
5.2.1. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta da prestação de serviços;
5.2.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1 Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Termo de Referência, anexo a este Edital.

7 CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8 CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO.

8.1 As condições de execução do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.
Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

Edital.

9 CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

9.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

12.1 O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:
12.1.01 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
12.1.02 Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
12.2 A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção do contrato prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.
12.4 O TERMO DE EXTINÇÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:
12.4.01 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.4.02 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.4.03 Indenizações e multas.

13 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

13.1 É VEDADO À CONTRATADA:
13.1.01 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
13.1.02 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.
Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

17 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

17.1 É eleito o Foro da Comarca de Pendências/RN, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

LOCAL E DATA: XXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Responsável legal da CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Responsável legal da CONTRATADA

Anexado por JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA
Assinado eletronicamente por: JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA.
Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

Assinaturas do Documento

Assinatura Eletrônica: 8687747292d177a04eff2b3bbb8957c9cb29d7cec03a42f848c7cdfb44ab1e6d

JORGE LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA - CPF: 086.XXX.XXX-37 - Assinado em: 25/09/2026

A autenticidade pode ser verificada em: https://pmpendencias.pe.topsolutionsrn.com.br/validacao-documento, usando o Código de Identificação: A26925162115 e Código Autenticação: 2be20c1a